assim como as bonificações extras, que poderiam auxiliar nos rendimentos, o que ensejou a necessidade de o agravante contrair diversos empréstimos pessoais (doc. 22, 30 e 43), devidamente demonstrados, a fim de complementar a renda. Como se não bastassem tais argumentos, o agravante comprova que possui filho menor, sendo, efetivamente, devedor de alimentos (doc. 19). Demonstrada a condição de hipossuficiência financeira. Prevalência da garantia fundamental de acesso à justiça. Deferimento do benefício da gratuidade na ação originária. Precedentes do STJ e do TJ/RJ. Provimento do recurso. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

009. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0065690-78.2017.8.19.0000 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 4 VARA DE FAMILIA Ação: 0188357-63.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00643722 - AGTE: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 AGDO: SIGILOSO ADVOGADO: MAURO MATTOS DE SOUZA OAB/RJ-072096 **Relator: DES. RENATA MACHADO COTTA** Funciona: Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

010. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0063813-06.2017.8.19.0000 Assunto: Ebulho / Turbação / Ameaça / Posse / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: DUQUE DE CAXIAS 7 VARA CIVEL Ação: 0010368-78.2015.8.19.0021 Protocolo: 3204/2017.00626912 - AGTE: JORGE FREITAS ADVOGADO: CRISTIANO ALVES MUNIZ OAB/RJ-131339 AGDO: ANTONIO DE FREITAS ADVOGADO: CAROLINE MENDES CARVALHO ALVES OAB/RJ-142086 ADVOGADO: PAULO ROBERTO LEMOS ALVES OAB/RJ-159091 **Relator: DES. RENATA MACHADO COTTA** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CRFB/88 E DOS ARTIGOS 11 E 489 DO NCPC. ANULAÇÃO DO DECISUM. A decisão deve ser anulada por ausência de fundamentação. Com efeito, a decisão judicial deve ser lida e compreendida em um todo, sendo certo que o critério para identificar a sua nulidade é o da falta de idoneidade para alcançar o fim ao qual se destina, por ausência dos requisitos essenciais. Logo, se o ato não apresentar os requisitos indispensáveis para alcançar o objetivo, deverá ser considerado nulo; contrariamente, se alcançar a finalidade, então, considerar-se-á válido. Ora, o Novo Código de Processo Civil, ao concretizar a chamada constitucionalização do Processo Civil, positivou no campo infraconstitucional os direitos fundamentais processuais previstos na Magna Carta, entre os quais, aquele previsto no art. 93, inciso IX, da Constituição da República. O Novo Código de Processo Civil, consolidando tal princípio, reitera no seu art. 11, a exigência de fundamentação substancial dos provimentos jurisdicionais, in verbis: Art. 11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Por tal razão, não se considera fundamentada a decisão que "se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida" (art. 489, inciso I, do NCPC), "empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso" (art. 489, inciso II, do NCPC) ou "não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador" (art. 489, inciso IV, do NCPC). In casu, verifica-se que a decisão agravada não expôs os fundamentos que levaram à conclusão acerca da presença dos requisitos previstos no art. 561 do NCPC, limitando-se a afirmar genericamente que tais requisitos estariam presentes. Caberia ao Juízo de origem, nos exatos termos do art. 489 do NCPC, expor as razões pelas quais considera estarem presentes os requisitos que autorizam a concessão da liminar, o que não ocorreu. Desta forma, ao mencionar de forma lacônica e genérica que restaram preenchidos os requisitos do o art. 561, do NCPC, o juízo a quo violou o princípio da fundamentação das decisões judiciais, impondo-se a anulação do decisum. Decisão que se anula de ofício. Recurso prejudicado. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, JULGOU-SE PREJUDICADO O RECURSO E ANULADA DE OFÍCIO A DECISÃO RECORRIDA, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

011. APELAÇÃO 0029912-30.2006.8.19.0001 Assunto: Acidente de Trabalho / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil do Empregador / DIREITO DO TRABALHO Origem: CAPITAL 26 VARA CIVEL Ação: 0029912-30.2006.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00669928 - APELANTE: ALVARO MOURAO DA FONSECA ADVOGADO: MIRIAM DOS SANTOS OAB/RJ-075435 ADVOGADO: LUÍS HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA OAB/RJ-119578 APELADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS PROC.FED.: ERICK RODRIGUES PAROLI **Relator: DES. RENATA MACHADO COTTA** Funciona: Ministério Público Ementa: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NÃO SANADA. HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. INTIMAÇÃO PESSOAL NO ENDEREÇO CONSTANTE DA EXORDIAL. PARTE NÃO LOCALIZADA. OBRIGAÇÃO DE MANTER O JUÍZO INFORMADO DO ENDEREÇO ATUALIZADO, NA FORMA DO ART. 238, DO CPC/73. REQUERIMENTO DA PARTE RÉ. PRESCINDIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 240 DO C. STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Dispõe o art. 76 do NCPC: "Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício. § 1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária: I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor; II - o réu será considerado revel, se a providência lhe couber; III - o terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre. § 2º Descumprida a determinação em fase recursal perante tribunal de justiça, tribunal regional federal ou tribunal superior, o relator: I - não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente; II - determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido. Compulsando os autos, verifica-se que foi certificada a ausência de procuração ou substabelecimento em nome do advogado subscritor da petição de fls. 123 (doc. 151), Dr. Luis Henrique Rodrigues da Silva. Posteriormente, foi expedido mandado para intimação pessoal do demandante para cumprimento do despacho de fls. 124 (doc. 152), constando como local da diligência o endereço por ele indicado na inicial e na procuração outorgada (doc. 06). Entretanto, como certificado pelo OJA às fls. 127 (doc. 154), a parte não foi localizada naquele endereço. Como notou a Douta Procuradoria de Justiça, as razões do presente recurso foram subscritas pelo mesmo patrono, não sendo possível a visualização do necessário instrumento de mandato, que presumidamente não foi trazido aos autos. Portanto, o advogado não possui poderes nos autos, impondo-se o não conhecimento do recurso nos termos do parágrafo segundo, inciso I, do art. 76 do NCPC. Precedentes. Mas não é só. De acordo com Nelson Nery Junior1, para que o abandono da causa tipificado no art. 267, III, do CPC/73 se configure, "é necessário o elemento subjetivo, isto é, a demonstração de que o autor deliberadamente quis abandonar o processo, provocando sua extinção". Apenas ad argumentandum tantum, importante consignar que o Novo Código de Processo Civil dispôs sobre o tema de forma equivalente no seu art. 485. A inércia da parte após a sua intimação pessoal, requisito previsto no art. 267, §1º, do CPC/73 e reiterado, embora com prazo mais longo, no §1º do art. 485, do NCPC, enseja a extinção do processo sem análise do mérito com fundamento no abandono, nos termos do art. 267, inciso III, do CPC/73. Ademais, incumbe à parte informar e manter seu endereço atualizado, nos termos do art. 238 do CPC/73, regra repetida no art. 274 do NCPC. Precedentes dessa Corte de Justiça. Assim, presume-se válida a intimação promovida pelo juízo, pois dirigida ao endereço declinado na exordial, afinal, compete à parte atualizá-lo, sempre que houver modificação temporária ou definitiva, conforme inteligência dos artigos supramencionados. Melhor sorte não assistiria ao apelante quando sustenta que a extinção do feito não poderia ocorrer sem o requerimento da parte adversa, conforme entendimento consolidado na Súmula 240 do C. STJ, in verbis: "A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu." Ora, não há que se falar em